


INTEGRAÇÃO DA AUDIODESCRIÇÃO DIDÁTICA AO CURRÍCULO ESCOLAR

INTEGRATION OF DIDACTIC AUDIO DESCRIPTION INTO THE SCHOOL CURRICULUM

INTEGRACIÓN DE LA DESCRIPCIÓN DE AUDIO DIDÁCTICA EN EL PROGRAMA ESCOLAR

 <https://doi.org/10.56238/arev8n5-118>

Data de submissão: 24/04/2026

Data de publicação: 24/05/2026

Denise Ferreira Costa

Mestra em Educação

Instituição: Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

E-mail: denise.costa@ifma.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-5924-2406>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7029793086416493>

Fernanda Monteles de Oliveira Azevedo

Mestra em Educação

Instituição: Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

E-mail: fernandamonteles@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-8649-7711>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2072822061852043>

Kaciana Nascimento da Silveira Rosa

Doutora em Educação

Instituição: Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

E-mail: kaciana.rosa@ufma.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6655-9953>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1938411783822467>

Maria Soraia Nascimento Corrêa de Faria

Graduada em Educação Artística

Instituição: Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

E-mail: mariasoraiancdf@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6695592784031874>

RESUMO

O presente artigo tem como finalidade discutir a integração da audiodescrição didática ao currículo escolar, justificando a necessidade de sua inserção no contexto educacional. O objetivo é identificar os desafios e dificuldades que emergem das práticas pedagógicas durante o processo de implementação dessa estratégia. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que se baseia na produção acadêmica desenvolvida no país, especialmente nos trabalhos de Motta (2010) e Mianes (2023), bem como na legislação vigente que regula e orienta o uso da audiodescrição como ferramenta de acessibilidade e inclusão de estudantes público da educação especial. Ressalta-se que avanços têm sido registrados no Brasil quanto ao uso da audiodescrição no ambiente escolar, promovendo a inclusão e a equidade na aprendizagem. No entanto, é importante destacar que ainda existem muitos

desafios a serem superados, especialmente no que se refere à formação inicial e continuada dos docentes, de modo a favorecer a compreensão sobre as possibilidades de flexibilização curricular, com foco em práticas pedagógicas que contemplem a diversidade de aprendizagem dos estudantes.

Palavras-chave: Audiodescrição Didática. Equidade na Aprendizagem. Currículo Escolar. Ferramenta de Acessibilidade.

ABSTRACT

This article aims to discuss the integration of didactic audio description into the school curriculum, justifying the need for its inclusion in the educational context. The objective is to identify the challenges and difficulties that emerge from pedagogical practices during the implementation process of this strategy. This is a bibliographic research, which is based on the academic production developed in the country, especially in the works of Motta (2010) and Mianes (2023), as well as in the current legislation that regulates and guides the use of audio description as a tool for accessibility and inclusion of public students of special education. It is noteworthy that advances have been recorded in Brazil regarding the use of audio description in the school environment, promoting inclusion and equity in learning. However, it is important to highlight that there are still many challenges to be overcome, especially with regard to the initial and continuing training of teachers, in order to promote understanding about the possibilities of curricular flexibility, focusing on pedagogical practices that address the learning diversity of students.

Keywords: Audio-Description. Equity in Learning. School Curriculum. Accessibility Tool.

RESUMEN

Este artículo pretende discutir la integración de la descripción de audio didáctica en el currículo escolar, justificando la necesidad de su inclusión en el contexto educativo. El objetivo es identificar los desafíos y dificultades que surgen de las prácticas pedagógicas durante el proceso de aplicación de esta estrategia. Se trata de una investigación bibliográfica, que se basa en la producción académica desarrollada en el país, especialmente en las obras de Motta (2010) y Mianes (2023), así como en la legislación vigente que regula y orienta el uso de la descripción de audio como herramienta para la accesibilidad e inclusión de estudiantes públicos de educación especial. Cabe señalar que en el Brasil se han registrado avances en cuanto al uso de la descripción de audio en el entorno escolar, promoviendo la inclusión y la equidad en el aprendizaje. Sin embargo, es importante destacar que aún quedan muchos desafíos por superar, especialmente en lo que respecta a la formación inicial y continua de los maestros, a fin de promover la comprensión de las posibilidades de flexibilidad curricular, centrándose en las prácticas pedagógicas que abordan la diversidad de aprendizaje de los estudiantes.

Palabras clave: Descripción de Audio. Equidad en el Aprendizaje. Programa Escolar. Herramienta de Accesibilidad.

1 INTRODUÇÃO

A garantia de uma educação pública de qualidade constitui um dos principais desafios da sociedade brasileira, compartilhado tanto pelas instituições governamentais quanto pelas organizações da sociedade civil. No atual contexto nacional, marcado por profundas desigualdades regionais, econômicas e sociais, a busca pela qualidade da educação ofertada deve ter como eixo central o princípio da equidade de oportunidades, independentemente das condições de ingresso dos estudantes na escola.

No caso dos estudantes públicos da educação especial, torna-se imprescindível o estabelecimento de práticas escolares que promovam a superação de barreiras que limitem sua plena participação e aprendizagem. Nesse sentido, destaca-se a audiodescrição como recurso didático capaz de colaborar para o acesso ao currículo escolar. Trata-se de uma ferramenta de acessibilidade concebida não apenas para assegurar o acesso ao conteúdo, mas também para conferir visibilidade à comunidade cega, contribuindo para a eliminação de obstáculos e preconceitos.

São inúmeros os autores que buscam conceituar essa ferramenta, e todos apresentam uma base comum. Para Lima et al. (2009), a audiodescrição deve ser compreendida como uma descrição regrada, elaborada de modo a construir entendimento onde antes não existia ou era impreciso; uma descrição plena de sentidos, que preserva a qualidade e a independência dos atributos tanto do áudio quanto da própria descrição. Os autores afirmam que essa ferramenta se constitui como uma ponte entre a imagem não vista e a imagem mental construída por quem ouve a descrição (LIMA et al., 2009).

A audiodescrição também é reconhecida como direito assegurado pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que prevê a acessibilidade comunicacional às pessoas com deficiência. O artigo 1º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, destinado a garantir e promover, em condições de igualdade, o exercício de direitos e liberdades fundamentais, visando à inclusão social e ao pleno exercício da cidadania (BRASIL, 2015).

Nesta perspectiva, este estudo justifica a necessidade de integrar a audiodescrição didática ao currículo escolar, assegurando que os direitos dos estudantes com deficiência sejam efetivamente respeitados. Dessa forma, o objetivo da pesquisa consiste em identificar os desafios e dificuldades presentes nas práticas pedagógicas que envolvem a integração da audiodescrição didática ao cotidiano escolar.

Pesquisadores como Motta (2016) e Mianes (2023) têm demonstrado, em seus estudos, o potencial da audiodescrição quando aplicada no contexto escolar. A escola, nesse sentido, configura-se como espaço privilegiado para a discussão, proposição e implementação de estratégias que

favoreçam a participação efetiva dos estudantes, possibilitando-lhes acesso mais equitativo aos conteúdos curriculares, incluindo livros didáticos, demais portadores de textos, materiais imagéticos — como vídeos e fotografias —, além de outros elementos que compõem o processo de mediação pedagógica realizada pelos docentes.

Este artigo está organizado em seções: a primeira apresenta a introdução; a segunda descreve a metodologia; e as terceira e quarta seções reúnem os resultados e discussões, incluindo um relato histórico das práticas de audiodescrição no Brasil e no mundo, a apresentação de conceitos e fundamentos teóricos que sustentam seu uso como ferramenta de acesso ao currículo, bem como reflexões sobre suas possibilidades de materialização como recurso pedagógico no contexto escolar. Em seguida, problematiza-se o uso da audiodescrição na promoção de melhores condições de ensino e aprendizagem. Por fim, as considerações finais destacam sua relevância na garantia de direitos e no exercício da cidadania, reafirmando seu potencial como recurso viável e potente para implementação escolar.

Neste contexto, os benefícios advindos desta pesquisa incluem a possibilidade de qualificar a prática educativa no ambiente escolar e nas redes de ensino, contribuindo para a consolidação de práticas pedagógicas mais inclusivas.

2 METODOLOGIA

2.1 ABORDAGEM DA PESQUISA

A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, por buscar compreender o fenômeno da audiodescrição didática a partir de suas dimensões conceituais, pedagógicas e inclusivas, no contexto da prática docente e do currículo escolar. A abordagem qualitativa foi escolhida por permitir interpretar significados, percepções e experiências associadas ao uso da audiodescrição como ferramenta de acessibilidade e inovação pedagógica, valorizando o discurso e a compreensão dos sujeitos envolvidos.

Para Silveira e Córdova (2009, p. 32), a “pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. Nesse estudo, o foco recai sobre as estratégias de mediação pedagógica que incorporam a audiodescrição no ambiente escolar.

2.2 TIPO DE PESQUISA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva e bibliográfica, com elementos de análise documental.

Descritiva, pois visa apresentar e analisar o fenômeno da audiodescrição em seu contexto histórico, conceitual e pedagógico, descrevendo suas aplicações na educação inclusiva e os impactos sobre o currículo escolar.

Bibliográfica, porque foi desenvolvida a partir de levantamento, leitura e análise de obras, artigos científicos, legislações e documentos oficiais que tratam da audiodescrição, acessibilidade e inclusão escolar (tais como Motta, 2010; 2016; Mianes, 2023; Alves, 2012; Ferreira-Costa, 2016; e documentos normativos como a LDB, a LBI e a BNCC).

Documental, na medida em que utiliza também fontes institucionais e legais que orientam a prática pedagógica e a acessibilidade na educação.

2.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados ocorreu por meio de pesquisa bibliográfica sistematizada, desenvolvida em quatro etapas:

1. Levantamento de referências teóricas e normativas — Foram consultados livros, dissertações, artigos e documentos legais (LDB, LBI, BNCC, NBR 15290, entre outros) disponíveis em bases de dados acadêmicas (Scielo, Google Scholar, CAPES Periódicos e repositórios institucionais).
2. Seleção de autores-chave — Destacaram-se autores que abordam diretamente a audiodescrição e sua relação com a acessibilidade, o currículo e a formação docente: Livia Motta, Mianes, Alves, Vergara-Nunes, Galvão Filho, Minetto e Ferreira-Costa.
3. Organização do material — As obras selecionadas foram categorizadas por eixos temáticos: audiodescrição e currículo, audiodescrição como recurso pedagógico e audiodescrição didática e formação docente.
4. Análise interpretativa — O material coletado foi lido, fichado e analisado de forma a identificar convergências e divergências entre os referenciais, bem como os principais fundamentos teórico-metodológicos sobre o tema.

2.4 TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS

Para o tratamento e interpretação dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), que compreende três fases:

1. Pré-análise – Leitura flutuante e organização dos materiais coletados, identificando as unidades de registro relacionadas à audiodescrição e à inclusão.
2. Exploração do material – Codificação e categorização dos dados de acordo com os eixos

temáticos definidos: (a) fundamentos e histórico da audiodescrição, (b) audiodescrição e currículo inclusivo, e (c) audiodescrição didática como prática docente.

3. Tratamento dos resultados e interpretação – Articulação das categorias com os referenciais teóricos e com a legislação educacional brasileira, de modo a evidenciar como a audiodescrição se integra às práticas pedagógicas e contribui para a efetivação de uma educação inclusiva.

Essa técnica foi escolhida por possibilitar a compreensão dos significados e sentidos emergentes dos textos, permitindo correlacionar os discursos teóricos com as práticas educacionais. O referencial teórico em um estudo compreende uma análise crítica e organizada da literatura pertinente ao tema, fornecendo uma contextualização teórica e definindo os conceitos-chave. Deve conter de maneira abrangente as teorias, modelos e pesquisas anteriores, identificando lacunas, contradições e consensos na literatura que são importantes para o foco do trabalho que está sendo desenvolvido.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa bibliográfica e documental apontam que a audiodescrição (AD) constitui como um recurso de acessibilidade e comunicação fundamental para a democratização do acesso à informação e ao conhecimento, especialmente para pessoas com deficiência visual. Conforme Motta (2010; 2016), a audiodescrição é uma modalidade de tradução intersemiótica que transforma elementos visuais em linguagem verbal, possibilitando à pessoa com deficiência visual compreender integralmente contextos, imagens, ambientes e expressões não verbais.

Essa função de mediação comunicacional insere a audiodescrição no campo das tecnologias assistivas, mas, segundo Mianes (2023), o seu potencial extrapola o campo técnico, assumindo também uma dimensão pedagógica e inclusiva. Ao traduzir o visual em linguagem acessível, a AD possibilita novas formas de aprendizagem, de participação e de produção dos sentidos na sala de aula.

Nesse sentido, a audiodescrição, quando compreendida como recurso didático, torna-se parte integrante da prática pedagógica inclusiva, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia, da imaginação e da compreensão crítica dos conteúdos curriculares por estudantes com deficiência ou sem deficiência.

A análise documental evidencia que o currículo inclusivo, conforme orientam a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), a LDB (Lei nº 9.394/1996) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), deve contemplar estratégias e recursos de acessibilidade que garantam a participação plena

de todos os estudantes nos processos educativos.

Nesse contexto, a audiodescrição se apresenta como uma ferramenta que efetiva os princípios da equidade e da diversidade curricular. Alves (2012) reforça que o currículo precisa ser flexível e acessível, permitindo a adaptação de conteúdos, metodologias e avaliações conforme as necessidades específicas dos estudantes.

Assim, a inserção da audiodescrição nas práticas pedagógicas e nos materiais didáticos favorece a concretização de um currículo que reconhece as diferenças como potencial educativo, e não como barreira metodológica. Ferreira-Costa (2016) enfatiza que a inclusão não se restringe à presença física do estudante, mas ao acesso efetivo ao conhecimento e à cultura, o que requer o uso de linguagens acessíveis e recursos de mediação sensorial.

Dessa forma, a audiodescrição se consolida como uma estratégia curricular inclusiva, que amplia o alcance dos conteúdos e promove a justiça cognitiva dentro do processo educativo.

Os resultados teóricos indicam que a formação docente ainda representa um desafio central para a implementação da audiodescrição como prática pedagógica. Embora a legislação e os documentos orientadores reconheçam a importância da acessibilidade, muitos professores não recebem formação específica sobre recursos como a AD (Vergara-Nunes, 2021).

A discussão dos resultados demonstra que a audiodescrição didática é um instrumento efetivo de acessibilidade educacional, que transcende o campo técnico e se insere no campo pedagógico da inclusão.

Sua adoção requer planejamento curricular acessível, formação docente qualificada e comprometimento institucional com a equidade.

Embora a pesquisa tenha se limitado ao campo teórico e documental, os resultados sugerem a necessidade de investigações futuras de caráter empírico, que analisem o impacto da audiodescrição na aprendizagem de estudantes com deficiência visual, especialmente em disciplinas de caráter visual como artes, ciências e geografia.

3.1 AUDIODESCRIBÇÃO E CURRÍCULO: HISTÓRICO, CONCEITO E FUNDAMENTAÇÃO

Livia Motta (2016) amplia o conceito de audiodescrição ao explicitá-la como um recurso de acessibilidade comunicacional que favorece a compreensão de pessoas com deficiência visual em diferentes tipos de eventos por meio de informações sonoras. Esse recurso transforma o visual em verbal, criando maiores possibilidades de acesso à cultura e à informação e contribuindo para a inclusão cultural, social e escolar. Além das pessoas com deficiência visual, a audiodescrição amplia também o entendimento de sujeitos com deficiência intelectual, idosos, pessoas com déficit de

atenção, autistas, disléxicos, entre outros (Motta, 2016, p. 2).

Trata-se, portanto, de uma definição abrangente, que contempla aspectos relacionados à cultura e à educação. A conversão de imagens em palavras constitui estratégia eficaz para permitir que a pessoa cega “veja sem enxergar”. É nesse sentido que Franco e Silva (2010, p. 23) afirmam que “[...] a audiodescrição consiste na transformação de imagens em palavras para que informações-chave transmitidas visualmente não passem despercebidas e possam também ser acessadas por pessoas cegas ou com baixa visão”.

Embora diferentes referenciais tenham buscado conceituar a audiodescrição, todos convergem para a sua função primordial: promover a inclusão das pessoas com deficiência, favorecendo sua participação e funcionalidade nas atividades em que estão inseridas.

Inicialmente criada para facilitar o acesso a imagens dinâmicas (filmes, peças teatrais, óperas, orquestras e palestras) e a imagens estáticas (fotografias, gráficos, mapas, obras de arte e visitas a museus), a audiodescrição beneficia qualquer pessoa que dela necessite. Por meio desse recurso, sujeitos com deficiência visual atribuem sentidos ao mundo imagético, estabelecem nexos e constroem lembranças sobre os acontecimentos.

Historicamente, a prática da audiodescrição sempre existiu de forma intuitiva, realizada por amigos e familiares da pessoa com deficiência. Entretanto, o reconhecimento técnico e profissional da prática surgiu em 1975, a partir da tese de pós-graduação Master of Arts de Gregory Frazier, na Universidade de São Francisco. As primeiras experiências desenvolvidas nos Estados Unidos, nas décadas seguintes, evidenciaram resultados positivos e impulsionaram sua disseminação em teatros, museus e cinemas. O encontro de Frazier com August Coppola facilitou a divulgação da audiodescrição pela América do Norte.

Em 1989, a audiodescrição foi aplicada em filmes do Festival de Cannes, expandindo-se rapidamente pela Europa, especialmente no Reino Unido, pioneiro na inserção do recurso na televisão, por meio do programa “Descriptive Video Service”. O êxito dessa iniciativa fomentou outras experiências, como as do Canal Network. Atualmente, a Inglaterra é o país com maior oferta de audiodescrição em televisão, teatros, museus e cinemas, seguida por Alemanha, Espanha e Estados Unidos (ENAD, 2020, p. 17).

Na Espanha, o sistema Sonocine, criado em 1991, possibilitou o acesso de pessoas com deficiência visual à audiodescrição de filmes exibidos na televisão, por meio de um canal de rádio. Em 1992, o Projeto Audetel, coordenado pelo Royal National Institute for the Blind, investigou requisitos técnicos para uso da audiodescrição em emissoras televisivas. Já em 1993, a Fundação ONCE lançou a norma UNE 153020, que estabeleceu requisitos para audiodescrições e elaboração

de audioguias.

Atualmente, a acessibilidade comunicacional é pauta mundial. Países como Alemanha, Reino Unido, França, Espanha, Estados Unidos e Uruguai disponibilizam audiodescrição em cinemas, teatros, museus, programas televisivos e DVDs. Diversos festivais de cinema — como o Festival de Pamplona, o Festival Iberoamericano de Huelva e o Festival de Móstoles — incorporam o recurso em suas sessões. Na Espanha, a TVE foi pioneira na oferta de audiodescrição, seguida por canais como Canal Sur e TV3. No Museo de Artes Audiovisuais de Alcira, há sala permanente com o serviço.

No Reino Unido, mais de 270 salas de cinema e cerca de 250 DVDs com audiodescrição encontram-se acessíveis ao público. Grande parte dos canais televisivos britânicos oferece programação com o recurso. Na Alemanha, cinemas e o canal BR incorporam audiodescrição, enquanto o Festival *Wie wir leben*, em Munique, o utiliza desde 1995. Na Austrália, o Sydney Film Festival e o The Other Film Festival também oferecem programação acessível.

No Brasil, o uso público da audiodescrição ocorreu pela primeira vez em 2003, durante o festival *Assim Vivemos: O Festival Internacional de Filmes sobre Deficiência*, inspirado no festival alemão *Wie wir leben*. Em 2005, lançou-se o primeiro DVD com audiodescrição no país, *Irmãos de Fé*, seguido por *Ensaio sobre a Cegueira* (2008). Nesse mesmo ano, a televisão brasileira exibiu sua primeira propaganda acessível, promovida pela marca Natura.

Festivais importantes, como o Festival de Cinema de Gramado (2007) e o Festival Internacional de Curtas-Metragens de São Paulo (2006 e 2007), exibiram filmes audiodescritos. No teatro, a peça *Andaime* (2007) inaugurou o recurso em espetáculos no país. Posteriormente, a montagem *Os Três Audíveis* tornou-se o primeiro espetáculo de dança audiodescrito, seguido pela primeira ópera audiodescrita no Brasil, *Sansão e Dalila*, no XIII Festival Amazonas de Ópera (2009).

Simultaneamente, iniciativas voltadas ao público com deficiência visual foram desenvolvidas, como sessões mensais de filmes audiodescritos na Associação Laramara (São Paulo) e o projeto Cinema em Palavras, do Centro Cultural Louis Braille de Campinas. Em 2008, foi fundada a primeira associação brasileira de audiodescritores, a MIDIACE, seguida do 1º Encontro Nacional de Audiodescritores. No mesmo período, foi lançado o primeiro site brasileiro de filmes acessíveis, o BlindTube.

Atualmente, alguns canais de TV aberta oferecem audiodescrição em um segundo canal de áudio, disponibilizando filmes e programas acessíveis, ainda que por carga horária limitada. A implementação ampliou-se a partir de 2011, após disputas entre pessoas com deficiência visual, audiodescritores, radiodifusores e o Ministério das Comunicações. A previsão inicial — de duas horas diárias e expansão para 100% da programação em dez anos — foi reduzida para duas horas semanais

em 2011 e quatro horas semanais em 2013 (Motta, 2016, p. 4).

No país, a audiodescrição segue em expansão, abrangendo produtos culturais, educacionais, eventos e serviços públicos. Destaca-se a publicação da NBR 15290 da ABNT, que estabelece diretrizes gerais para acessibilidade comunicacional na televisão, contemplando legendagem, audiodescrição, língua de sinais e sistemas de alerta, orientadas pelos princípios do desenho universal (ENAD, 2020, p. 21).

Nesse cenário, Minetto (2008, p. 17) pontua que a busca pela estabilidade gera resistência diante de propostas inclusivas, uma vez que estas desestabilizam concepções consolidadas. Ferreira-Costa (2016) complementa que tal insegurança decorre de preconceitos persistentes e da falta de sensibilidade em relação às barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência, demandando apoio coletivo para garantir acesso e inclusão social.

A escola, nesse contexto, desempenha papel crucial. Uma instituição realmente inclusiva incorpora em seu currículo e em seu Projeto Político Pedagógico conteúdos e metodologias adequados às necessidades dos estudantes. Como afirma Minetto (2008, p. 32), isso ocorre quando a escola reconhece a complexidade das relações humanas e compreende o ambiente escolar como espaço relacional formador de identidades.

Ao discutir inovação, recorre-se a Huberman (1973), que a caracteriza como ação voltada à incorporação de mudanças efetivas no ambiente escolar. No debate sobre tecnologias na educação, Groenwald e Ruiz (2006, p. 5) observam que a integração de novas tecnologias exige inovação pedagógica capaz de melhorar os processos de ensino e aprendizagem (SCHERER, 2020, p. 9).

Nesse contexto, a acessibilidade assume papel estruturante, orientando professores e escolas na reformulação dos objetivos de aprendizagem e no uso de tecnologias assistivas. Tais tecnologias possibilitam que estudantes com deficiência acompanhem o currículo, por meio de interações pedagógicas que promovam experiências de leitura, produção imagética e desenvolvimento estético-crítico (Alves, 2012, p. 99). A audiodescrição, enquanto palavra mediadora, possibilita processos acessíveis e confronta preconceitos e estigmas (Alves, 2012, p. 97; Motta, 2016, p. 45).

Nessa linha, destaca-se o desafio da formação docente para integrar a audiodescrição didática ao currículo. Almeida e Valente (2011) argumentam que a maior dificuldade não reside no domínio técnico das tecnologias, mas na compreensão das possibilidades pedagógicas de uso, relacionadas às concepções de aprendizagem. Costa e Felizardo (2012) defendem que a formação continuada é essencial para lidar com crenças e valores docentes, contribuindo para processos de mudança e inovação curricular.

Quanto às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), Galvão Filho (2008) afirma que estas se tornaram instrumentos culturais centrais, especialmente para pessoas com deficiência. As TICs podem ser utilizadas como tecnologia assistiva em si mesmas ou por meio de recursos assistivos, como adaptações de teclado, mouse e softwares específicos (Filho, 2010).

No âmbito educacional, discute-se como incorporar a audiodescrição ao cotidiano escolar e como fomentar uma cultura inclusiva entre estudantes, docentes, equipes pedagógicas e famílias. Para Mianes (2017, p. 7), não se exige que o professor seja audiodescritor, mas que utilize a “audiodescrição instrumental”, caracterizada como prática mais informativa do que tradutória. Isso oferece oportunidades de reflexão sobre a prática pedagógica e de consolidação de abordagens sensíveis às diferenças culturais e aos processos de aprendizagem dos estudantes (Alves, 2012, p. 98).

Nesse sentido, reiteramos o papel da escola, enquanto espaço de diversidade cultural, deve promover respeito, solidariedade e cidadania, independentemente das diferenças entre os sujeitos (Costa, 2016). Assim, seguem-se as reflexões sobre as possibilidades de materialização da audiodescrição como recurso pedagógico.

3.2 AUDIODESCRIÇÃO COMO RECURSO PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS

A escola constitui o espaço em que se materializam as determinações presentes nos documentos normativos nacionais — como a LDB, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, a Lei Brasileira de Inclusão, resoluções e decretos. É nesse ambiente que os estudantes, amparados em seus direitos, devem vivenciar situações de aprendizagem que potencializem e possibilitem seu pleno desenvolvimento, independentemente de suas condições prévias.

Nesse contexto, gestores escolares, coordenadores e professores têm a responsabilidade de garantir, propor e desenvolver estratégias que assegurem a participação plena dos estudantes em um ambiente de ensino e aprendizagem participativo, criativo, inclusivo e pautado na cidadania. Para a formação democrática, Santomé (2013, p. 80) destaca que as instituições escolares “precisam trabalhar com metodologias didáticas que propiciem o desenvolvimento de um pensamento crítico e criativo, que possibilitem entender, argumentar e conviver com pessoas de distintas culturas, ideias e ideais”. Complementarmente, Motta (2010, p. 1) afirma que “a escola, como lócus de construção de saberes e de formação de cidadãos, precisa preparar docentes capazes de fazer a leitura desse mundo caoticamente imagético e de ensinar seus alunos a fazê-lo”.

Assim, a escola configura-se como ambiente simultaneamente potente e desafiador para todos que dela participam. No caso dos estudantes público da educação especial, reconhece-se que esse

desafio pode ser ainda mais intenso. Mianes (2023, p. 34) observa que “é inegável que um aluno com deficiência gera, na maioria, uma estranheza inicial e a sensação de despreparo diante das peculiaridades de cada discente”.

No entanto, tem-se superado o paradigma que atribui às necessidades específicas dos estudantes a causa dos entraves educacionais. A compreensão atual desloca para o contexto, quando não adequado ou preparado, é o que gera exclusão, ferindo direitos legalmente assegurados, conforme estabelece o Art. 27 da LBI (Brasil, 2015):

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Diante da diversidade das condições de aprendizagem dos estudantes, a escola enfrenta demandas que exigem transformações de práticas, paradigmas e pressupostos. O professor, nesse processo, vê-se diante da urgência de qualificar-se profissionalmente para atuar, em corresponsabilidade com a instituição e o sistema de ensino, conforme previsto na Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015):

IX – Adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, considerando o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;
XV – Acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer no sistema escolar.

A qualificação profissional docente, nesse sentido, constitui um elemento central para a melhoria das condições de acesso dos estudantes público da educação especial. É por meio dela que os docentes podem refletir sobre suas práticas, condições de trabalho e estratégias de desenvolvimento profissional. Ibernón (2011, p. 72) enfatiza que a formação permanente deve possibilitar:

Avaliar a necessidade potencial e a qualidade da inovação educativa [...] desenvolver habilidades básicas no âmbito das estratégias de ensino [...] proporcionar competências para modificar continuamente as tarefas educativas, adaptando-as à diversidade e ao contexto dos alunos; comprometer-se com o meio social.

A atuação docente orientada à superação das barreiras enfrentadas pelos estudantes é reconhecida como prática essencial para a efetivação da inclusão. Nessa perspectiva, a audiodescrição

emerge como instrumento de acessibilidade e flexibilidade curricular, com potencial significativo para a prática pedagógica e para a aprendizagem. Como afirma Mianes (2023, p. 34), “modificar o pensamento sobre os alunos com deficiência significa não se basear mais no ‘defeito’ ou na ‘falta’ de um determinado sentido, e sim, nas potencialidades que os sujeitos possuem, mesmo tendo alguma limitação corporal”.

Deste modo, considera-se pertinente analisar a potencialidade da audiodescrição enquanto recurso de acessibilidade e inclusão não apenas para estudantes cegos ou com baixa visão, mas também para aqueles com deficiência intelectual, transtorno global do desenvolvimento, dislexia e outras condições, conforme dialogam os estudos de Mianes (2023), Franco (2018) e Motta (2010).

A acessibilidade constitui direito da pessoa com deficiência, abarcando cidadania e dignidade humana. Conforme determina o artigo 53 da LBI, trata-se do direito que garante à pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de participação social (Brasil, 2015). Nesse sentido, estratégias de acessibilidade devem assegurar o acesso a espaços, conteúdos e informações.

Transfere imagens da dimensão visual, por meio de informação verbal e sonora, ampliando o entendimento e provendo acesso à informação e à cultura, possibilitando que pessoas com deficiência visual assistam a peças de teatro, programas de TV, filmes, exposições e outros, em igualdade de condições com as pessoas que enxergam, o que nos remete à ideia de acessibilidade cultural. (Motta, 2010, p. 68).

Embora reconhecidas as especificidades do trabalho de profissionais da audiodescrição, é necessário compreender como tal recurso pode efetivar-se como ferramenta pedagógica, mediada pelo professor no contexto escolar. Motta (2016, p. 7) salienta que, diante da prevalência da visão no processo de aprendizagem, é preciso explorar amplamente outros sentidos, como tato, audição e olfato, além do uso da linguagem. Nesse mesmo sentido, Mianes (2023, p. 35) acrescenta:

Uma pessoa cega não poderá enxergar uma figura, mas pode tocá-la ou ouvir uma descrição por meio da qual ela própria poderá construir imagem mental [...] de acordo com seus repertórios culturais e sensoriais.

Na escola, todos os ambientes são educativos e devem garantir práticas pedagógicas inclusivas. Em um contexto marcado pela predominância de recursos visuais e por dinâmicas sociais complexas, a audiodescrição implementada no ambiente escolar pode colaborar na efetivação de direitos. Motta (2010, p. 3) argumenta que o recurso beneficia não apenas pessoas com deficiência, mas todos os estudantes, pois “aumenta o senso de observação, amplia a percepção e o entendimento, mostra e desvela detalhes que passariam despercebidos”.

Nesse sentido, a descrição pode ser utilizada para apresentação dos espaços escolares, murais, desenhos, figuras, cartazes e sinalizações — recursos visuais amplamente empregados para comunicar, informar e orientar. Quando tais elementos não são acessíveis a estudantes cegos ou com baixa visão, lacunas se consolidam em seu processo de aprendizagem. Mianes (2023, p. 40) adverte que “essas perdas constantes de acesso ao conteúdo podem dificultar e até impedir o melhor rendimento desse estudante”.

Sobre a importância de uma apresentação qualificada do espaço escolar, Motta (2010, p. 9) destaca:

Será um passeio mediado pelo outro, exercitando o olhar em busca de elementos característicos de cada lugar, sala ou departamento.

Essa prática pode gerar oportunidades de diálogo com outros estudantes acerca da inclusão e acessibilidade, fomentando uma reflexão sobre a organização da cidade e suas repercussões na vida das pessoas com deficiência, contribuindo para o exercício da cidadania.

Em sala de aula, o docente utiliza diversas estratégias para mediar conteúdos, sendo frequentemente induzido ao uso de recursos midiáticos e visuais. Entretanto, a acessibilidade deve estar integrada à intencionalidade pedagógica. O uso do quadro, do livro didático, de filmes, gráficos ou fotografias requer descrição sistemática e, preferencialmente, acesso prévio às informações pelo estudante cego. Como observa Mianes (2023, p. 40), quando o envolvimento do estudante é fomentado e suas necessidades contempladas, os resultados são evidentes.

A descrição deve priorizar informações relevantes para a compreensão do conteúdo. Mianes (2023) destaca seu potencial para diferentes componentes curriculares. Em Língua Portuguesa, por exemplo, a descrição pode ser mobilizada como estratégia de leitura e produção escrita por estudantes videntes, enriquecendo vocabulário, interpretação textual e construção de sentidos.

Para as Ciências Exatas, a descrição deve incluir analogias com objetos concretos e explicitação verbal de fórmulas, teoremas, gráficos e tabelas, de forma a facilitar a compreensão de elementos fortemente ancorados na visualidade.

Já nas Ciências Naturais, onde muitos conceitos são representações não visíveis a olho nu, Mianes (2023, p. 41) explica que tais imagens já constituem, em si, descrições, o que permite ao professor integrar recursos táteis e descrições verbais para favorecer a aprendizagem.

Em áreas relacionadas ao movimento corporal, como Educação Física, a descrição precisa considerar aspectos como lateralidade, orientação e percepção espacial, e, no caso de estudantes videntes, porém com comprometimento cognitivo, que os movimentos sejam descritos com cautela,

a fim de possibilitar a imitação, garantindo que estudantes com diferentes necessidades específicas possam compreender e executar as atividades propostas. (Mianes, 2023).

Entre os recursos amplamente utilizados na escola estão vídeos e filmes. Quando não há audiodescrição disponível, recomenda-se que o estudante cego tenha acesso prévio ao material acompanhado da descrição feita pelo professor. Do mesmo modo, no uso do livro didático, é imprescindível a descrição das imagens. Motta (2010, p. 10) lembra que:

Tanto as imagens estáticas como as dinâmicas são utilizadas não somente para ilustrar, chamar a atenção e tornar as aulas mais atraentes, mas também para complementar o entendimento do texto, do tema em estudo e torná-los mais facilmente compreendidos ou assimilados. Todas têm significado, daí a necessidade de fazer a leitura e traduzi-las em palavras, considerando principalmente a diversidade de alunos em sala de aula e as possíveis barreiras comunicacionais. (Motta, 2010, p.10).

As contribuições dos autores evidenciam que a audiodescrição, no contexto escolar, constitui uma estratégia pedagógica potente, aplicável a todas as etapas de ensino e a diversos públicos. Seus benefícios são perceptíveis tanto para estudantes com comprometimento visual ou cognitivo quanto para toda a comunidade escolar, promovendo vivências inclusivas, reflexão sobre a diversidade e a construção de uma sociedade mais cidadã e digna para todos.

3.3 REFLEXÕES SOBRE A INTEGRAÇÃO DA AUDIODESCRÇÃO DIDÁTICA

No contexto educacional, a audiodescrição didática (Vergara-Nunes, 2016) constitui-se como uma ferramenta assistiva essencial para estudantes com deficiência visual, auxiliando tanto aqueles com cegueira quanto com baixa visão na compreensão de conteúdos imagéticos presentes em livros e demais recursos didáticos. Pretende-se, a partir deste ponto, refletir sobre sua integração na prática pedagógica do professor da sala comum, como forma de considerar a importância do acesso aos conteúdos visuais nas diferentes disciplinas, sobretudo para o público da educação especial.

No ensino regular, a atenção aos discentes com deficiência sensorial ou cognitiva envolve refletir sobre aspectos relacionados à formação inicial e continuada dos professores, bem como ao respeito à cultura do outro. A presença de estudantes com deficiência revela que muitas práticas ainda são direcionadas predominantemente aos estudantes sem deficiência, com uso de materiais fortemente visuais e carentes de recursos de acessibilidade. Assim, como defende Motta (2016), é necessário incorporar na escola estratégias já consolidadas em outros contextos para eliminar barreiras comunicacionais.

Com base nessa reflexão, compreende-se que a audiodescrição, enquanto recurso didático e de acessibilidade comunicacional, tende a assumir um papel cada vez mais relevante na sociedade,

por colaborar com a promoção do acesso a conteúdos imagéticos em um contexto amplo e plural. Sua aplicação abrange desde livros e slides até filmes e documentários. Na audiodescrição didática, a descrição de uma imagem pode, inclusive, provocar emoções, revelando sentimentos, sensações e compreensão no processo de aprendizagem (Vergara-Nunes, 2016).

Enquanto tecnologia assistiva, a audiodescrição possibilita “ouvir o que não pode ser visto” e compreender o que não pode ser compreendido sem o uso da visão. Pensada inicialmente para pessoas com deficiência visual, configurando-se como uma abordagem de desenho universal, acessível a todos que dela necessitem. Sua adoção contribui para inovar a prática docente e aperfeiçoar a aprendizagem, tanto pela descrição de imagens estáticas, como aquelas presentes em livros didáticos e paradidáticos, bem como de imagens dinâmicas que circulam em vídeos educativos.

Entretanto, reconhece-se que, embora essa perspectiva se apresente como uma estratégia pedagógica potente, a audiodescrição de imagens e figuras nos materiais didáticos ainda é insuficiente. A própria atuação do educador necessita de maior qualificação, pois, apesar dos esforços, observa-se despreparo no trato com esses aprendizes, especialmente no que se refere a saber como se portar e como, didaticamente, realizar a descrição de elementos fundamentais para a compreensão do estudante, aspectos que poderiam minimizar dificuldades no processo de aprendizagem.

Conforme defende Alves (2012, p. 96), “[...] tal incorporação implica no desenvolvimento de iniciativas sistemáticas no campo da prática docente e de sua formação (inicial e continuada), em articulação com os processos e os desafios da educação especial na perspectiva da inclusão escolar”.

A BNCC (Brasil, 2018) aborda as singularidades do processo inclusivo e amplia as possibilidades para que as escolas busquem novas alternativas para ensinar a todos. Dessa forma, dialoga com os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), os quais incluem: proporcionar diversos meios para a aprendizagem; possibilitar diferentes formas de expressão do que foi aprendido; e manter a motivação e permanência dos estudantes.

No campo da visualização do conhecimento, no espaço educativo, a audiodescrição apresenta-se como ferramenta útil que permite aos estudantes com deficiência o acesso aos conteúdos visuais presentes em seus materiais didáticos (GUEDES, 2011). Para Vieira e Lima (2010, p. 3), “a adoção da audiodescrição como tecnologia para acessibilidade a conteúdos imagéticos presentes nos materiais didáticos torna-se crucial para que os alunos com deficiência visual possam estabelecer as conexões mentais entre imagem e texto”.

Essa possibilidade permite que o uso do recurso em sala de aula coloque o estudante com deficiência em igualdade de condições para acompanhar as aulas em que o conteúdo esteja associado a imagens, bem como para desempenhar qualquer tarefa. Com base em Vieira e Lima (2010, p. 4),

pode-se afirmar que, se a imagem for devidamente audiodescrita, os estudantes com deficiência poderão participar plenamente da comunidade de aprendizagem escolar e das discussões com seus colegas quando o conteúdo discutido tiver sido veiculado por meios visuais, garantindo um processo mais inclusivo.

Nessa perspectiva, a inclusão social é conceituada como o processo pelo qual a sociedade se adapta para incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com deficiência e, simultaneamente, essas pessoas se preparam para assumir seus papéis na sociedade de forma autônoma (SASSAKI, 2010, p. 46). Assim, uma escola comprometida com a diversidade e a equidade deve adotar estratégias voltadas à superação de desafios caracteriza-se como o cenário ideal para a construção de uma sociedade mais cidadã e apta à tolerância. O uso da audiodescrição, além de constituir um recurso de acessibilidade, pode ser compreendido como instrumento de valorização das capacidades de aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de suas condições, colaborando para sua aprendizagem com foco em seu pleno desenvolvimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exposto, observa-se que a audiodescrição, ao longo da história de sua aplicação, consolidou-se como um importante recurso de superação de barreiras comunicacionais e educacionais. Originalmente concebida para atender às necessidades de pessoas com deficiência visual, sua utilização atualmente ultrapassa esse público, podendo beneficiar também outras pessoas e contextos, sobretudo na superação de obstáculos que dificultam a participação plena em diversas situações sociais.

A partir da análise bibliográfica e documental, reconheceu-se que a audiodescrição, ao traduzir imagens em palavras, transcende o caráter técnico e assume uma dimensão pedagógica, ética e social. Nesse sentido, configura-se como uma ferramenta de apoio ao docente no processo de ensino e aos estudantes na aprendizagem, contemplando especificidades educacionais, como defendem Motta (2016) e Mianes (2023).

Constatou-se que a audiodescrição é, ao mesmo tempo, um direito comunicacional e uma estratégia didática essencial para o acesso equitativo ao conhecimento por estudantes com deficiência visual. Sua aplicação favorece a participação ativa, a autonomia intelectual e a ampliação das experiências sensoriais e cognitivas desses estudantes, fortalecendo a efetivação dos princípios da educação inclusiva previstos na Lei Brasileira de Inclusão (2015), na LDB (1996) e na BNCC (2017).

A escola, como locus privilegiado de rupturas de paradigmas, precisa consolidar-se como espaço democrático de construção de práticas inclusivas, capazes de acolher, valorizar e potencializar

as diferenças. Os resultados teóricos indicam que, ao ser incorporada ao planejamento pedagógico, a audiodescrição contribui para a humanização das práticas docentes e para a transformação das metodologias de ensino, viabilizando a construção de um currículo mais acessível, sensível e plural.

Assim, sua adoção não deve ser vista como um recurso suplementar, mas como um elemento estruturante da prática educativa voltada à diversidade.

Desenvolvida no contexto escolar, a audiodescrição desempenha a função de recurso de acessibilidade e garantia de direitos, como demonstrado por Mianes (2023). Proporciona aos estudantes com deficiência melhores condições de acesso ao currículo, por meio da flexibilização pedagógica. Esse recurso revela-se especialmente potente em uma sociedade marcadamente imagética, como a contemporânea, e no ambiente escolar, que demanda múltiplos recursos didáticos para promover a apropriação do conhecimento em diferentes componentes curriculares.

Outro aspecto evidenciado pela pesquisa refere-se à formação docente, que ainda se configura como um desafio prioritário. A ausência de capacitação específica em acessibilidade e audiodescrição limita o potencial de uso desse recurso nas escolas, indicando a necessidade de políticas públicas de formação continuada e de integração interdisciplinar entre as áreas da Educação, Comunicação e Tecnologia Assistiva.

Como destacam Mianes (2023) e Motta (2016), o professor é o mediador do processo inclusivo, e seu engajamento ético, estético e pedagógico é determinante para o sucesso da audiodescrição didática em sala de aula.

Compreende-se, por fim, que a audiodescrição didática deve ser reconhecida como uma prática pedagógica de inclusão sensorial e cognitiva, que amplia as formas de perceber, compreender e ensinar o mundo. Ao transformar imagens em palavras e sons em significados, concretiza o princípio de que toda aprendizagem é um ato de comunicação acessível, reafirmando a dignidade e o direito de todos à educação.

Portanto, este estudo contribui para o fortalecimento do debate sobre a audiodescrição no campo educacional, apresentando subsídios teóricos que podem orientar futuras pesquisas, formações e práticas voltadas à acessibilidade. Sugere-se, para investigações posteriores, o desenvolvimento de estudos empíricos que analisem a aplicação da audiodescrição didática em contextos reais de ensino, a fim de verificar seus impactos na aprendizagem, na percepção e na experiência estética de estudantes com deficiência.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. A audiodescrição no contexto escolar: a imagem sendo revelada pela palavra. In: VARELA, M. et al. Educação inclusiva e formação continuada de professores: diálogos entre teoria e prática. Natal: EDUFRRN, 2012.
- BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm acesso em: 11 de fev. 2024.
- COSTA, D. O turismo inclusivo no Maranhão: deficientes visuais, por meio da audiodescrição, penetram o imaginário simbólico dos espetáculos da Companhia Barrica. Monografia (Graduação em Turismo). Universidade Federal do Maranhão. São Luís/MA, 2016.
- COSTA, F; FELIZARDO, M. A formação de professores e a integração das TIC no currículo: com que formadores? In: CONGRESSO INTERNACIONAL TICEDUCA, 2., 2012. Lisboa. Anais [...]. Lisboa, 2012. Disponível em: http://cefopna.edu.pt/revista/révista__08/es_05_08_mhf_fac.htm . Acesso em: 18 fev. 2024.
- FRANCO, C.; SILVA, M. Audiodescrição: breve passeio histórico. Audiodescrição: transformando imagens em palavras. São Paulo, Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010. <http://audiodescricao.com.br/ad/historico-resumido/> - Acesso em 19/02/2024.
- GALVÃO FILHO, T.; DAMASCENO, L. Programa INFOESP: Premio Reina Sofia 2007 de Rehabilitación y de Integración. In: Boletín del Real Patronato Sobre Discapacidad, Ministerio de Educación, Política Social y Deporte, Madri, Espanha. N. 63, p. 14-23.
- IMBERNÓM, F. Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza; [tradução Silvana Cobucci Leite]. – 9. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011. – (Coleção questões da nossa época; v. 14).
- LIMA, F. O Que é a Áudio-Descrição e Quem a Utiliza. Revista Brasileira de Tradução Visual (RBTV), 2010. Disponível em: <http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/principal/announcement/view/>. Acesso:10/02/2024.
- MANTOAN, M. Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais. São Paulo: Scipione, 1988.
- MIANES, F. A audiodes-crição nos processos de ensino e aprendizagem na educação básica. Revista Linguagem em Foco, v.15, n.2, 2023. p. 30-46. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/10620>
- MINETTO, M. Currículo na Educação Inclusiva: entendendo esse desafio. 2. ed. rev. atual. ampl. – Curitiba: IBPEX, 2008.
- MOTTA, L; ROMEU, P. (org). Audiodescrição transformando imagens em Palavras. São Paulo: Secretaria dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Estado de São Paulo. 2010.

MOTTA, L. Guia de Orientações Básicas sobre Gênero, Deficiência e Acessibilidade no Seminário Internacional Fazendo Gênero. Anahi Guedes de Mello & Felipe Bruno Martins Fernandes. Seção de audiodescrição: Livia Maria Villela de Mello Motta. Publicado em 2013.

MOTTA, L. Audiodescrição na escola: abrindo caminhos para leitura de mundo. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

SCHERER, Suely.; BRITO, G. Integração de tecnologias digitais ao currículo: diálogos sobre desafios e dificuldades. Educar em Revista Gtridba, v. 36,e76252, 2020.

SANTOMÉ, J. Currículo, Justiça e Inclusão. In. SACRISTÁN, José Gimeno. Saberes e incertezas sobre o currículo. Ed. Penso. 2013.

SILVEIRA, D.; CÓRDOVA, F. A pesquisa científica. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora: UFRGS 2009.

VERGARA-NUNES, E. Audiodescrição didática. Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.

VIEIRA, P. A.; LIMA, F. A teoria na prática: áudio-descrição, uma inovação no material didático. Revista Brasileira de Tradução Visual, v. 2, edição 2, 2010.